



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Construindo instrumentos de governança participativa no Território Rural da Produção (RS)

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Nome dos autores: HANAUER, L. dos S.¹; TEIXEIRA, O. A.²

¹ Universidade Federal de Santa Maria *campus* Palmeira das Missões; CNPq/MDA/SDT; Chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014.

² Universidade Federal de Santa Maria *campus* Palmeira das Missões; CNPq/MDA/SDT; Chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014.

Resumo: Desde o final de 2014, a Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões implementa através de projeto de pesquisa e extensão, com o suporte financeiro do MDA-SDT, com aval do CNPQ, o projeto: “Implantação e Consolidação de Núcleo de Extensão Universitária para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Desenvolvimento Territorial Sustentável do Território Rural da Produção (RS)”. O “Território da Produção – RS” cobre uma área total de 7.420,60 km² e é composto por 17 (dezessete) municípios do estado do Rio Grande do Sul: Almirante Tamandaré do Sul, Barra Funda, Carazinho, Chapada, Coqueiros do Sul, Coxilha, Mato Castelhano, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pontão, Ronda Alta, Rondinha, Santa Bárbara do Sul, Santo Antônio do Planalto e Sarandi. O projeto objetiva contribuir para o acompanhamento, monitoramento e avaliação do desenvolvimento territorial sustentável no Território da Produção; como também no processo de governança do mesmo, dotando a gestão social de instrumentos e estrutura para articulação das políticas públicas que visem especialmente à superação das desigualdades sociais e econômicas.

Palavras chave: Desenvolvimento Territorial, Governança Participativa, Extensão Universitária, Território da Produção/RS.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



1. Introdução

A agricultura familiar brasileira – historicamente alijada de um acesso satisfatório a políticas públicas, notadamente ao financiamento da infraestrutura produtiva, à assistência técnica e ao crédito subsidiado – viu esse panorama modificar-se sensivelmente a partir da segunda metade dos anos 1990. De fato, resultado da mobilização dos movimentos sociais do campo, da renovação do sindicalismo rural e da discussão acadêmica sobre os rumos do desenvolvimento rural no Brasil pós-ditadura, em 1996 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), inicialmente voltado exclusivamente ao crédito de custeio, mas, já em 1997, ampliado para atender às áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa. Com o PRONAF, uma inovação importante na formulação dos programas governamentais viria a curso, seguindo uma tendência inaugurada com a promulgação da Constituição de 1988, a participação direta dos cidadãos na gestão de políticas públicas no Brasil: a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), de constituição paritária, como espaços democráticos para o exercício do “controle social” sobre a tramitação dos projetos e ações do PRONAF. Assim, procurava-se garantir o desenvolvimento da agricultura familiar, mas também o empoderamento de seus atores e organizações. No entanto, os CMDR foram rapidamente “prefeiturizados” (JARA, 1998) por meio do controle de sua presidência, invariavelmente ocupada pelo secretário municipal de agricultura, e de sua própria composição, através de estratégias clientelistas, de cooptação política ou mesmo de simples intimidação. Com raras exceções, os conselhos se tornaram meros instrumentos por meio dos quais o poder local recebia recursos federais, os aplicava a seu bel prazer e, o que é pior, legitimados por representantes da sociedade civil local, entretanto controlados por ele próprio.

Diante dessa realidade, a partir de 2003 o governo brasileiro resolveu reconfigurar o espaço de participação da sociedade civil em relação às políticas públicas para o desenvolvimento rural, adotando o “enfoque territorial de desenvolvimento rural” (ADIB, 2005), por meio da criação de “Territórios Rurais” formados por conjuntos de municípios agrupados por características identitárias comuns e a implantação de colegiados (ou

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

fóruns) participativos paritários, compostos por representantes da sociedade civil e dos governos federal, estaduais e municipais, onde se desenvolve o chamado “ciclo de gestão social” (BRASIL, 2009), que envolve a negociação e deliberação acerca dos processos de constituição das instâncias deliberativas, representação, participação, planejamento, operação e desenvolvimento de projetos e políticas públicas (OLIVEIRA e PERAFÁN, 2012).

Para a implementação de tal perspectiva foi criada, naquele mesmo ano, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), que foi incluído no Plano Plurianual 2004-2007, iniciando com cerca de cinquenta territórios até chegar, em outubro de 2015, a duzentos e trinta e nove territórios rurais apoiados nas cinco macrorregiões brasileiras. Procurando ampliar o escopo de territorialização das políticas públicas para além do “rural”, em 2008 o governo cria o Programa Territórios da Cidadania (PTC), a partir da seleção de cento e vinte territórios rurais, onde dezoito ministérios e secretarias ofertariam investimentos em diversos setores (BRASIL, 2015).

O Território Rural Da Produção no Noroeste Gaúcho

O Território da Produção compreende uma área de 7.741,5 Km², conformada por 17 municípios (Almirante Tamandaré do Sul, Barra Funda, Carazinho, Chapada, Coqueiros do Sul, Coxilha, Mato Castelhana, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pontão, Ronda Alta, Rondinha, Santa Bárbara do Sul, Santo Antônio do Planalto e Sarandi) e é fruto de uma história relativamente recente de organização. Seu Colegiado de Desenvolvimento Territorial foi homologado pelo CONDRAF e publicado no DOU de abril de 2013.

De maneira geral, este Território Rural insere-se na zona da produção do RS (noroeste gaúcho) – conhecida nacional e mundialmente pelo volume de produção, de produtividade e de extensões de terra envolvidas na produção de grãos (soja, trigo e milho principalmente) – na qual o agronegócio é dominante, política e economicamente. De fato,

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

depois da consolidação do cultivo da soja na região, e de sua valorização crescente nos mercados mundiais no último quartel do século passado, grandes extensões de terra são dedicadas à monocultura, no binômio soja-trigo, inserindo uma complexa problemática ambiental (degradação e esterilização das terras, poluição dos lençóis freáticos, fortes impactos de proximidade, etc.), violentas desigualdades sociais e econômicas, dificuldades de convivência com outros sistemas produtivos, notadamente os sistemas de agricultura familiar.

De fato, Esta mesorregião é conhecida mundialmente pela enorme fertilidade natural dos solos e pela grande produtividade da terra na produção de grãos e oleaginosas. Da mesma forma, nesta área, nos anos recentes, grandes mobilizações levaram a criação dos principais movimentos sociais no campo brasileiro: destacando-se o MST, o Movimento de Mulheres Rurais, o MPA, a Via Campesina, entre outros.

Dados revelam que existe um total de 11.257 agricultores familiares, possuindo 11.007 DAPs ativas de pessoas físicas e outras 14 de pessoas jurídicas. Na safra 2015/16, em termos gerais no território foram assinados 5.828 contratos de PRONAF, totalizando um volume de mais de 151 milhões de reais.

2. Material e Metodologia

As estratégias metodológicas, tendo em vista as diretrizes de trabalho dos documentos da SDT e a experiência dos participantes desta proposta, este projeto vem trabalhando a partir de dois eixos principais: a definição de um quadro teórico-metodológico para a avaliação do desenvolvimento territorial, de um lado; e, o acompanhamento dos processos sociais articulados ao Colegiado Territorial e de sua gestão social, de outro.

Do ponto de vista metodológico, pode-se afirmar que, as estratégias metodológicas principais e as dinâmicas de trabalho, sempre procuram ser participativas e terminam passando notadamente por: a) conhecimento da realidade, através de estudos, documentos e análises existentes; b) assessoramento às atividades do Colegiado, de suas organizações e membros; e, c) fomento às atividades de extensão enquanto abordagem territorial na

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

UFOSM, campus de Palmeira das Missões.

As seguintes atividades estão sendo executadas no período de desenvolvimento do projeto para atingirem seus objetivos:

a) Realizar levantamento de informações, visando o acompanhamento e avaliação da execução das ações propostas e dos projetos apoiados pela SDT/MDA no Território da Produção – RS ;

b) Registrar e acompanhar, a partir de sistema específico, as informações sobre a composição, funcionamento e agenda do Colegiado Territorial do Território da Produção – RS

c) Registrar e acompanhar a execução de projetos apoiados pela SDT/MDA, visando subsidiar o colegiado territorial e a SDT com resultados do acompanhamento, monitoramento e avaliação para o aperfeiçoamento do processo de gestão da estratégia de desenvolvimento territorial;

d) Assessorar o Colegiado Territorial no planejamento e na execução do seu Plano de Territorial de Desenvolvimento Sustentável;

e) Assessorar o Colegiado na implementação de uma metodologia para elaboração, articulação e monitoramento da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra;

f) Assessorar o Colegiado na implementação de uma metodologia para elaboração, articulação e monitoramento do Plano Territorial de Incentivo ao desenvolvimento das Cadeias Produtivas principais;

f) Realizar, em sintonia com as ações propostas pela SDT, no mínimo, as seguintes reuniões de institucionalidade territorial:

- 06 reuniões anuais das instâncias do Colegiado Territorial (12 reuniões no total do projeto), sendo 03 reuniões de Núcleos Diretivos e 03 reuniões de Comitês Setoriais e Câmaras Técnicas do Colegiado Territorial;
- 03 reuniões anuais (06 reuniões no total do projeto) das plenárias do Colegiado Territorial e suas instâncias; e
- Participação em uma atividade em nível estadual por ano. (02 atividades no total do projeto);

g) Apoiar atividades de pesquisa e extensão sobre temas relacionados à articulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural e inclusão produtiva, com

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





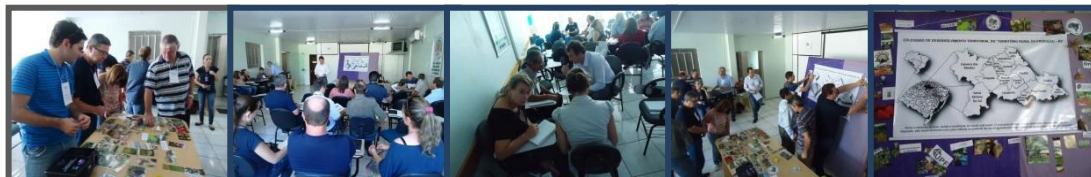
7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



nível superior nas áreas de ciências humanas, sociais ou agrárias, com experiência de, pelos menos dois anos, em extensão universitária e trabalho em comunidades rurais e de agricultores familiares. (BRASIL, 2014, p. 32).

Do ponto de vista da construção de uma governança participativa, a atuação da equipe junto ao Colegiado do Território tem sido, num primeiro momento, concentrada no fortalecimento da questão do seu planejamento estratégico, em termos de pensar o futuro da agricultura familiar e do desenvolvimento rural do território, assim como de sua gestão social. Para tanto, procurou-se fortalecer o processo de consolidação da “identidade do Território” e assim, o primeiro trabalho técnico de maior envergadura foi a construção de um amplo diagnóstico da realidade territorial, o qual posteriormente foi compartilhado e vivenciado, através de metodologias participativas e interativas, com os membros do Colegiado, contribuiu para consolidar a importância do Colegiado e da atuação colaborativa das entidades, públicas e privadas, que o compõe.



As discussões revelaram que a principal identidade do Território se concentra na “produção de alimentos”, pela diversidade, quantidade, qualidade dos produtos que são produzidos. Para os atores territoriais, isso se deve a diversos fatores: recursos naturais favoráveis (microclima temperado, disponibilidade hídrica, fertilidade dos solos); persistência do agricultor(a) familiar em produzir alimentos e diversificar a sua produção; as formas associativas e cooperativas que contribuem na organização do processo de produção e comercialização; as organizações e os movimentos sociais que impulsionam o processo de permanência no campo com mais renda e qualidade de vida; e, as políticas públicas de crédito e de fomento à infraestrutura produtiva coletiva (PROINF).

Por outro lado, as prioridades e ações estratégicas assim definidas têm pautado a atuação da Assessoria do NEDET e do próprio Colegiado, entre outras, nas seguintes direções principais: estímulo a organização de agricultores para criação de cooperativas e associações sociais e produtivas; consolidação do Colegiado, construindo seu Regimento e

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

regras de funcionamento, e buscando desenvolver processos de qualificação de seus membros especialmente para a construção de um PTDRSS; fortalecimento da, atualmente incipiente, participação das mulheres e jovens em todas as atividades do Colegiado; fortalecimento das redes existentes e fomento ao desenvolvimento de cadeias produtivas específicas como a do chimarrão, do leite, da piscicultura e de alimentos; e, fortalecimento das agroindústrias familiares e adequação das mesmas à legislação sanitária e ambiental.



4. Conclusão

Por fim, deve-se registrar que, os autores tem certeza de que - juntamente com outros mais de seiscentos profissionais vinculados as instituições de ensino e de pesquisa, que formam as equipes de NEDET nas cinco macrorregiões do país – o desafio não é simples, mas nem por isso menos instigante e importante para todos. Mas, continua-se acreditando que, é preciso o Brasil perceber, e nesse sentido se equiparar a diversos organismos internacionais de fomento da pesquisa tecnológica, a importância da intervenção e do diálogo entre a pesquisa e a sociedade como forma de desenvolver as sociedades e alavancar o poder transformador e inovativo da pesquisa científica.

5. Referências

ADIB, A. R. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para planejamento. Brasília, IICA Brasil. 2005.

BRASIL. Orientação para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais. Brasília: MDA, 2009.

BRASIL. Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014: Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Brasília, CNPq; Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial;

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Presidência da República/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014.
[http://cnpq.br/chamadas-](http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=resultados&detalha=chamadaDetalhada&exibe=exibe&idResultado=47-347-2459&id=47-347-2459)

[publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=resultados&detalha=chamadaDetalhada&exibe=exibe&idResultado=47-347-2459&id=47-347-2459](http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=resultados&detalha=chamadaDetalhada&exibe=exibe&idResultado=47-347-2459&id=47-347-2459). Acesso em 20 de dezembro de 2014.

BRASIL. Programa Territórios da Cidadania: Balanço 2008-2014. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

JARA, C. J. A sustentabilidade do desenvolvimento local. Brasília, IICA; Recife, Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, 1998.

OLIVEIRA, C. D. de S.; PERAFÁN, M. E. V. Gestão social no âmbito do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Anais do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais. CD ROM. Belém, junho de 2012.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

